

INICIAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

João Paulo Vicensio
jvicensio@gmail.com¹

Resumo

O seguinte artigo relata como a busca pela satisfação de uma curiosidade pessoal e infundável sobre o Estado, transformou a percepção de professor sobre sua disciplina, levando à criação de um projeto pedagógico de iniciação política, que alterou o currículo de Geografia da escola em que leciona.

Palavras-chave: Estado, política e cidadania.

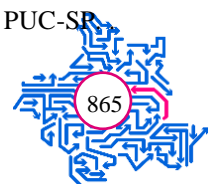
Introdução

Todo professor tem seu assunto predileto, a aula que ele mais gosta de ministrar, um assunto preferido do qual adora falar e espera ansiosamente uma pergunta dos seus alunos para que possa falar sem parar sobre. No meu caso, desde o início da minha vida profissional, há 14 anos, o meu assunto predileto virou obsessão, adoro falar, explicar e faço tudo para sempre que possível, abordar o tema Estado em minhas aulas. Assim, é impossível contar a história deste projeto, sem contar um pouco da minha vida profissional.

Desde o segundo ano do Ensino Médio, inspirado por um excelente professor de Geografia, eu já sabia que dar aulas era o que desejava pelo resto da minha vida. Tive o privilégio de cursar Geografia numa das melhores Universidades do País e, após a formatura, em janeiro de 2003, rapidamente encontrei trabalho como professor no programa de recuperação das escolas estaduais, em que deveria dar aulas sobre as consequências nefastas do processo de Globalização para alunos de quinta a oitava série. Assim, numa chuvosa sexta-feira, iniciou-se o meu primeiro dia de aula.

Além do choque inicial da responsabilidade de ser professor, também um choque de realidade, pois era uma escola de periferia com camisinhas e seringas usadas jogadas nos corredores e, na sala de aula alunos, de várias idades que se divertiam brincando de fazer saltar as veias dos braços.

¹ Atualmente professor do Ensino Médio da rede Privada de Ensino. Formado em Geografia pela UNESP – Rio Claro, Pedagogia pela UNIBAN, Bacharel em Direito pela FADITU e Mestre em Geografia pela PUC-SP.



Dizer que essa primeira aula foi o mais absoluto caos seria pouco. É óbvio que nenhum dos meus alunos estava preocupado com Globalização e suas consequências, além disso, me senti intimidado por alguns estudantes mais velhos, sem nenhum apoio da Direção da escola. O meu desapontamento era tanto que fui para casa revoltado com a minha Universidade, que não havia me preparado para aquilo e, pensava em como contar aos meus pais que achava ter escolhido a profissão errada.

Iniciava o final de semana com perspectivas terríveis, mas, para aliviar a pressão, no sábado, era aniversário de um amigo, quando haveria um churrasco. No meio da festa, o aniversariante, para fazer graça, achou um exemplar velho da Constituição Brasileira de 1988 e queria usá-lo para acender a churrasqueira; eu e outros convidados acabamos por impedi-lo. Assim, eu, que já estava deprimido pelo meu desempenho como professor, passei todo o churrasco lendo a Constituição que acabei levando para casa.

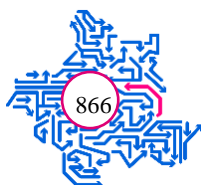
Passei todo o final de semana lendo e ficando muito incomodado, principalmente com o artigo 5º, que trata dos Direitos Sociais. Traçar uma relação entre a ausência destes e a situação dos meus alunos tornou-se natural, fato que acabou mudando todos os meus planos de aula.

Na aula seguinte, abandonei o tema Globalização e, por minha vontade, sem consultar ninguém, expliquei aos alunos o que era a Constituição e escrevi na lousa o inciso I do artigo 5º, que trata sobre a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Após uma breve explanação sobre o sentido dos termos, os alunos começaram a perguntar sobre algumas situações; depois, passaram a relatar suas opiniões e histórias pessoais numa discussão que durou mais de uma hora. Por fim, pedi que eles, usando desenhos, demonstrassem a situação como ela é e como deveria ser, segundo o entendimento de cada um. Foi excelente!

Feliz com o resultado, mantive a metodologia, variando apenas nas atividades finais. Houve excelentes discussões e produções de desenhos, colagens, textos: a postura dos alunos comigo mudou totalmente.

Infelizmente, eu não sei dizer se isso, de fato, mudou a vida desses alunos, porque, findada a recuperação, consegui aulas em outra cidade e não tive mais notícias deles. Apesar disso, acho que a maior mudança causada pelo projeto foi em mim. Passei a sentir maior



confiança nas minhas ideias e, principalmente, a partir daí, passei a entender e prestar atenção na capacidade que o Estado tem de mudar a vida das pessoas. Foi o nascimento de uma obsessão.

Passei a estudar muito (cursei Direito, Pedagogia e o Mestrado em Geografia) e, aos poucos, fui percebendo o quanto o Estado é uma categoria fundamental para a Geografia, já que a superfície do planeta é dividida em Estados, os quais, através das suas respectivas ações ou omissões, vão regular os diferentes usos dos territórios e a vida das pessoas que neles habitam. Apesar da importância dessa categoria e do seu uso quase que constante, ao longo do currículo escolar, nós, professores de Geografia subutilizamos-la, pois lecionamos as características de diversos países, mas não explicamos para nossos alunos o que é um país; fazemos a Geografia Crítica demonstrando a desigualdade social e espacial, falamos das suas causas e discutimos e propomos soluções, mas só usamos o Estado como exemplo das más ações de seus governantes ou da sua omissão e raramente discutimos o papel das instituições de Estado na solução desses problemas.

Desse modo, à medida que meu incômodo ia crescendo, a presença do Estado nas minhas aulas também ia aumentando. Além do seu destaque nos conteúdos típicos de Geografia para o ensino médio, comecei a tratar de temas ligados ao exercício da cidadania, parte para atender as necessidades de um professor obcecado por ensinar um tema e parte para atender a necessidade dos meus alunos por conhecimento, já que o destaque dado ao tema durante as aulas ensejava-lhes o desejo por uma maior aprofundamento sobre o assunto. Assim, começou uma série de atividades que, hoje, quase 14 anos depois do seu início, eu chamo de “ensaios”.

Pensando na minha vida profissional como o principal processo para minha formação como professor, os “ensaios” foram as experiências, exitosas e fracassadas, nas quais eu promovia atividades com meus alunos para explicar temas específicos relacionados à cidadania, houve a criação de partidos políticos, simulação de eleições, elaboração de propaganda política, debates, criação de ONGs - Organizações Não Governamentais, cartas à políticos e autoridades, visitas a Órgãos Públicos e entrevista com vereadores, prefeito e diplomata. Aos poucos, com o passar do tempo, o capital intelectual acumulado com os “ensaios” se transformou numa metodologia para ensinar alguns aspectos do sistema eleitoral brasileiro, que foi sistematizada num projeto pedagógico que hoje chamo de “Projeto de Iniciação Política”.

O Projeto

O objetivo principal do projeto é introduzir a Organização Política do Estado e a gestão do seu território para alunos do segundo ano do ensino médio e despertar o interesse pela política seja como ator ou expectador.

Sendo o Estado uma das principais categorias da Geografia creio que é papel do professor de Geografia capacitar seus alunos de modo que estes entendam o seu funcionamento e organização, além da maneira pela qual é constituída e formada o Governo no Brasil, para que assim desperte-se, no aluno, o interesse pela política e que, por meio desta, ele possa, de fato, tornar-se um agente de mudanças sociais.

Na edição de 2015, o projeto teve as seguintes etapas de desenvolvimento:

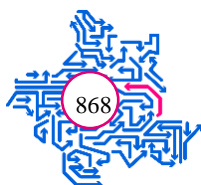
1 – Com duração de duas aulas expositivas, sendo a primeira sobre os principais elementos formadores de um País (Povo, Território e Soberania) e como eles se organizam para formar a entidade “Estado”. E a segunda, uma análise detalhada da organização do Estado brasileiro, por meio das divisões de poderes do Governo e as suas respectivas competências em cada esfera de Governo. Apesar da densidade teórica, os alunos costumam perguntar muito, principalmente na segunda aula, em que são esmiuçadas as diferentes funções públicas e as competências dos entes federativos que, até então, para muitos deles, eram apenas nomes complicados de coisas que eles não entendiam.

2 - Com duração de duas aulas: a primeira, expositiva, sobre os que são e como se organizam os partidos políticos no Brasil; na segunda aula, a primeira atividade prática, que pode ser individual ou em dupla, de criação de um “projeto de partido político” e seu respectivo Estatuto Partidário. De acordo com o princípio do “pluralismo político” presente na Constituição, os alunos tem toda liberdade para propor um partido que defenda qualquer ideia por mais bizarra que seja, desde que o partido não defenda nada que seja preconceituoso ou contra os direitos humano. Não há “censura”, pois o importante é que eles entendam a ideia de que partido político é um grupo de pessoas que se organiza para lutar por um ideal comum.

Para o estatuto eles foram orientados a seguir um modelo simples, contendo apenas:

- Nome do Partido e Sigla.

- *Slogan*.



- Breve histórico da sua fundação (de acordo com a criatividade deles).
- Três objetivos gerais do partido.
- Cinco direitos e cinco deveres para os seus filiados.

3 – Breve exposição de algumas cláusulas pétreas da Constituição de 1988 e da ideia de princípios constitucionais, seguida da apresentação feita pelos alunos de alguns de seus partidos e um debate sobre se estes, em tese, adaptam-se ou não à Constituição. Dependendo da criatividade dos alunos, essa costuma ser uma parte divertida da atividade, com duração de apenas uma aula.

4 – Uma aula expositiva sobre as coligações partidárias e planos de Governo, seguida de debate sobre as responsabilidades de quem chega ao poder e de quem faz oposição.

5 – Conversando entre si, os alunos terão uma aula para formar coligações partidárias, conceber um plano de governo, escolher um candidato a Presidente e o vice, além do número que estará em sua cédula. Os alunos são orientados a formar coligações, através das alianças entre seus respectivos partidos, já que a próxima fase será a da campanha política, o número de alunos por grupo é livre e, de acordo com esse número, será depois decidido o tempo de propaganda política de cada coligação. Para o plano de governo, aplicam-se os seguintes requisitos:

PLANO DE GOVERNO

- Nome da Coligação.
- Partidos Membros.
- Dez propostas de Governo, com pelo menos uma sobre: Educação, Saúde, Transportes, Segurança, Moradia, Emprego, e Tributos (impostos); as outras três poderiam repetir os temas anteriores ou a livre escolha dos alunos.

Cada proposta deve ter:

- Objetivo (Aonde se quer chegar?)
- Justificativa (Por que realizar?)
- Implementação (Como será realizada e de onde sairão os recursos para tal?).

Os alunos tem uma semana de prazo para entregar o plano de Governo. O propósito da atividade é que, através do debate e da análise das suas propostas, os alunos observem a

diferença entre a promessa e o que, de fato, pode vir a se tornar realidade e, ao mesmo tempo, percebam que a solução para um problema atual pode tornar-se causa de muitos outros problemas no futuro.

6 – Na entrega dos planos, com duração de uma aula, os alunos que quiserem, podem apresentar algumas das suas propostas e debatê-las com os colegas.

7 – Elaboração de material para a campanha política. Usando os minutos finais da discussão sobre os planos de governo os alunos serão orientados a elaborar material de campanha para uma eleição simulada. Os materiais requeridos são:

- Santinho – Com foto ou desenho, nome e número do candidato.
- Cartazes – Mesmas características dos santinhos, mais algumas propostas dos candidatos.
- *Slogan* ou Lema da candidatura.
- *Jingle* – Música de campanha.
- Dois vídeos para o horário político – Sendo um obrigatoriamente sobre as propostas e outro de conteúdo livre.

8 – Com duração de uma aula, ocorre a exposição do material de campanha para todos os alunos da turma. Se não há nenhum conteúdo impróprio (de teor pornográfico ou preconceituoso, afinal de contas sempre há algum aluno que precisa de uma melhor orientação). A campanha política está liberada em toda a escola e, por duas semanas, os alunos podem fazer propaganda das mais variadas formas: colar cartazes, oferecer brindes, entregar material e fazer discursos nos intervalos e propaganda pelas redes sociais. A ideia é reproduzir toda a experiência eleitoral em seus aspectos positivos e negativos.

Não interiro na campanha exceto em casos de preconceito ou de conduta incompatível com as regras da escola (o que nunca foi necessário).

9 – Debate Pré-eleição - com duração de três aulas, os candidatos são convidados a participar de um debate que será assistido por todos os alunos da escola. Nele, os candidatos podem expor suas propostas e perguntar aos outros, com direito a réplica e tréplica. Nos dois anos em que o projeto foi realizado, o debate foi organizado e apresentado pelos próprios

alunos do segundo ano. A intervenção do professor somente ocorre em momentos que o barulho dos comentários da plateia acabam prejudicando o debate.

10 – Eleição - Como o número de alunos é pequeno e a escola tem apenas seis salas de aula, optei por selecionar como eleitores apenas os alunos do primeiro e último ano do ensino médio, pois isso motiva mais os alunos do segundo a tentar conquistar o voto dos colegas das outras salas. Assim, após a exibição as propagandas em vídeo e executados os jingles, durante uma aula de Geografia, os alunos votam usando cédulas de papel com a foto, número e nome dos candidatos.

11 - Apuração - Na última aula do dia da eleição, todos os alunos da escola vão para o pátio para torcer e acompanhar, juntamente com os alunos do segundo ano, que fazem a contagem dos votos.

12 – Fechamento - Duração de uma aula, debate com cada sala sobre as situações vivenciadas no projeto e se elas são iguais ou diferentes da realidade. É o momento em que se discute porque o candidato X ganhou a eleição e o Y não; se uma conduta como compra de votos usando balas, é injusta ou não, por que o voto tem que ser secreto, se as alianças foram boas ou ruins, além de temas como corrupção, discussão das notas coletivas atribuídas aos alunos pelo seu desempenho nas atividades do projeto, entre outras situações.

Avaliação

A avaliação dos alunos no projeto é feita através do seu desempenho em todas as atividades realizadas, com peso equivalente ao das avaliações de rotina da escola, fato que estimula a participação dos alunos. Na tabela seguinte, estão os valores atribuídos a cada etapa do projeto.

Atividade	Valor	Nota do Aluno
Criação de Partido Político	0 -2 pontos	
Elaboração do estatuto partidário	0 - 3 pontos	

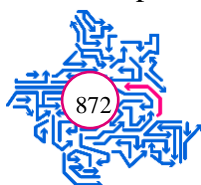
Material de Campanha - Santinhos e cartazes	0 - 2 pontos	
Vídeos e <i>jingle</i>	0 - 3 pontos	
TOTAL	Soma dos pontos conquistados em cada etapa.	

Além dessa avaliação, a participação voluntária em algumas atividades ou a vitória nas eleições, geram pontos de bônus na prova de Geografia de acordo com a tabela a seguir:

Atividade	Valor
Apresentação do partido político para a sala	1 ponto apenas para o aluno
Apresentação e debate de propostas do Plano de Governo	1 ponto apenas para os alunos que apresentarem
Participação no debate	1 ponto apenas para o aluno/candidato
Coligação em primeiro lugar	2 pontos para o grupo
Coligação em segundo lugar	1 ponto para o grupo
Coligação em Terceiro lugar	0,5 ponto para o grupo

Publicidade / Participação / Motivação

Para estimular a participação dos alunos no Projeto e a divulgação do trabalho, foi criada uma página no *facebook*, em que os alunos postavam seus planos de governo e o professor fotos das atividades realizadas na escola e vídeos de campanha política dos



candidatos. Considero os resultados da divulgação excelentes, pois chegaram mensagens de outros países lusófonos (Portugal e Angola) e os alunos e seus familiares puderam acompanhar as atividades que foram desenvolvidas.

Considerações Finais

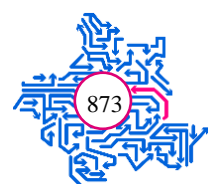
A realização de um projeto dessa magnitude só é possível porque a Coordenadora da escola e os demais professores “compraram o projeto”. E, apesar do colégio usar um sistema de ensino apostilado, durante a realização do projeto, é criada temporariamente uma nova frente em Geografia, na qual tenho total liberdade para trabalhar os conteúdos da disciplina da maneira que achar conveniente para viabilizar as aulas necessárias para a realização do projeto.

Após dois anos da sua realização, alguns resultados são visíveis e o primeiro deles é o estabelecimento de uma tradição onde os alunos que participaram como eleitores do primeiro ano ficam ansiosos para chegarem ao segundo ano para a realização do projeto. Já os alunos do terceiro, que passaram pelo projeto, querem ser consultores e “marqueteiros” dos novatos.

No aspecto do desenvolvimento da cidadania, embora ainda seja cedo para mensurar os resultados, a rotina escolar mostra um grande envolvimento dos alunos entre si e com a comunidade local. Nos últimos dois anos, a partir da iniciativa deles foram criados diversos comitês na escola para assuntos que vão do acolhimento aos alunos novos, tutoria, causas sociais como campanhas para arrecadar alimentos ou fundos para instituições de caridade, criação de um curso para o ENEM voltado a alunos de escolas públicas próximas, atividades culturais diversas abertas a comunidade local e diversas outras atividades que possibilitariam diversos artigos.

Todavia, é injusto atribuir essas mudanças exclusivamente ao “Projeto de Iniciação Política”, já que o processo de educação e formação da cidadania não é exclusivo de uma única disciplina ou de um único professor.

Sendo assim, posso apenas afirmar que a inclusão de temas ligados ao Estado e ao exercício da cidadania enriquece o currículo da Geografia Escolar, além de ajudar a tornar realidade o desejo de mudar e melhorar o mundo que todo jovem tem, sem contar que aumenta enormemente a capacidade que um professor tem de sentir orgulho do seu trabalho e dos seus alunos.





5º Encontro Regional de Ensino de Geografia

As políticas curriculares e o Ensino de Geografia
Campinas, 20 a 22 de outubro de 2016

Referências bibliográficas

VICENSIO, João Paulo. **Projeto de Iniciação Política/Eleições/JP/ Geografia**. São Paulo, 2014. Disponível em: < <https://www.facebook.com/IniciacaopoliticaJP>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

VICENSIO, João Paulo. **Projeto de Iniciação Política/Eleições/JP/ Geografia 2015**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/iniciacaopoliticaJP2015>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

